



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Relatório ou parecer da Unidade de Auditoria Interna

Nos termos do Regulamento Interno da Secretaria do TRE-PI, art. 11, I e II, da Resolução TRE-PI nº 271/2013, foi elaborado para o exercício de 2018 o Plano Anual de Auditoria Interna, abrangendo a realização de 4 (quatro) auditorias, referentes às áreas de Gestão de Pessoas e de Gestão Administrativa, tendo como objetos: processo de gestão da força de trabalho (integrada TSE), processo de elaboração da folha de pagamento, processo de governança, gestão, riscos e controles de TIC (coordenada CNJ) e auditoria de gestão – Tribunal de Contas da União.

A auditoria no processo de gestão da força de trabalho foi realizada em atendimento a Resolução TSE nº 23.500/2016, que instituiu a realização de auditorias integradas no âmbito da Justiça Eleitoral.

A auditoria na área de tecnologia da informação, com escopo na avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controles de TIC, faz parte das ações coordenadas de auditoria do CNJ, aprovadas pelo Parecer nº 7/2014 – SCI/Presi/CNJ e previsto na Resolução CNJ nº 171/2013. Relativo a esta auditoria, informa-se que não houve, por parte da Unidade de Controle Interno emissão de Relatório, bem como de recomendações.

A auditoria de gestão-TCU foi realizada para compor o processo de contas, em observância ao disposto na DN TCU nº 163/2017, visto que este Regional foi relacionado para ter suas contas de 2017, julgadas pelo TCU.

O Plano contemplou, ainda, a realização de **monitoramento das auditorias**. O monitoramento foi realizado nas seguintes auditorias: concessão de férias, adicional de qualificação, abono de permanência, na área de Gestão de Pessoas, e almoxarifado, gestão e fiscalização de contratos, gestão de suprimentos de materiais eleitorais, gestão de armazenamento e manutenção das urnas, na área de Gestão Administrativa.

As auditorias internas realizadas avaliaram o cumprimento dos normativos concernentes aos respectivos temas, bem como avaliaram, também, os controles internos existentes de modo a prevenir incorreções e/ou irregularidades nos procedimentos adotados pela Administração.

A ação de monitoramento das auditorias verificou o cumprimento das determinações oriundas das auditorias, e encaminhou os resultados à Presidência deste Regional, para conhecimento e providências necessárias, possibilitando, assim, à Alta Administração acompanhar o andamento da implementação dessas determinações.

Destaca-se, abaixo, as principais constatações feitas nas auditorias realizadas no exercício de 2018, que ensejaram em recomendações e posterior determinações da Presidência, bem como as áreas avaliadas na auditoria de gestão – TCU:

➤ **Gestão da Força de Trabalho**



**JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

Objetivo: avaliação da garantia e adequação do dimensionamento da força de trabalho em termos quantitativos e qualitativos para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal.

Principais constatações:

- Insuficiência de critério técnico para embasar as decisões relativas a quantitativo e perfil da força de trabalho no TRE/PI;
- Ausência de política de sucessão e identificação de ocupações críticas, bem como de projeções de vacâncias;
- Inadequação de lotações nos cartórios Eleitorais.

➤ **Auditoria de Gestão - TCU**

Objetivo: atender às disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e na Decisão Normativa TCU nº 163/2017, para compor o processo de contas para julgamento pelo TCU.

Avaliações realizadas:

- Avaliação das peças exigidas no Relatório Anual de Gestão;
- Avaliação dos resultados da gestão relacionada ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano estratégico;
- Avaliação dos indicadores de desempenho instituídos pelo Tribunal;
- Avaliação da gestão de pessoas relacionada a adequabilidade da força de trabalho;
- Avaliação da gestão de compras e contratações;
- Avaliação da gestão de TI, relativo à gestão de suprimento de materiais eleitorais e à gestão de armazenamento e manutenção das urnas eletrônicas;
- Avaliação dos controles internos relacionados ao cumprimento dos objetivos estratégicos;
- Avaliação dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros.

Além disso, a Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas encaminhou ao Tribunal de Contas da União, durante o ano de 2018, os atos de pessoal relativos a admissões, pensões e aposentadorias, por meio do e-Pessoal – Sistema de Atos de Pessoal, bem como emitiu pareceres em processos administrativos da área de Gestão de Pessoas, demandados pela Administração Superior.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

O Plano de Auditoria não foi cumprido em sua inteireza em face da não conclusão da auditoria no processo de elaboração da folha de pagamento. Os trabalhos relativos a essa auditoria foram prorrogados para o exercício de 2019, por meio de solicitação acolhida pela Presidência do Tribunal, em virtude de toda equipe da Unidade de Controle Interno compor a Comissão de Análise de Prestações de Contas de Campanha das Eleições 2018, cujas ações se iniciaram já no mês de setembro. Cumpre registrar que a análise de prestações de contas partidárias anuais e de campanha, ficam a cargo da Unidade de Controle Interno no TRE-PI.

Ressalta-se que os trabalhos que envolvem as fases de planejamento e execução da mencionada auditoria, foram realizados em 2018, restando pendente para 2019 somente a fase de Relatório.

LEONARDO MORAES JUNIOR
Coordenador de Controle Interno